

O Porto e o Norte de Portugal nas festas da Feliz Restauração de 1808

José Viriato Capela*

Evocação do Professor Lúcio Craveiro da Silva

Em 2008 para evocar os 200 anos das Invasões Francesas em Portugal (1.ª invasão de Junot) promoveu o Conselho Cultural da Universidade do Minho, através de 3 das suas Unidades Culturais, a Biblioteca Pública de Braga, o Arquivo Distrital de Braga e a Casa Museu de Monção, iniciativas para sinalizar tal evento. Iniciativas que pretenderam sobretudo, fixar o papel da resistência e da luta contra os invasores, realçando os actos heróicos da Aclamação e da Restauração Nacional que por todo o país se desencadeariam depois do grito de Independência e Aclamação do Príncipe Regente no Porto, no dia 6 de Junho de 1808. As iniciativas pretenderam evocar em particular a acção dos povos e terras nortenhas que foram as primeiras a rebelar-se contra o domínio estrangeiro em Portugal. Constaram estas iniciativas da realização de uma grande Exposição documental e Bibliográfica, a partir dos fundos da Biblioteca Pública

* Presidente do Conselho Cultural, da Casa Museu de Monção e Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

de Braga e do Arquivo Distrital de Braga, intitulada *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808*; de um dia de conferências, a **20 de Junho**, levadas a cabo no Salão Medieval da Universidade do Minho subordinadas ao tema *A Restauração Nacional de 1808 – Nacionalismo, Patriotismo e Liberalismo*. E da publicação e apresentação pública da obra *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, da autoria de José Viriato Capela, Henrique Matos e Rogério Borralheiro, apresentado no dia **19 de Junho** pelas 21h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Braga.

Todas estas iniciativas foram programadas para coincidirem com a data das Aclamações nortenhas, e início da Restauração Nacional (Porto, 18 de Junho, Viana 19 de Junho e Braga 20 de Junho).

Aquelas Unidades Culturais e por elas o Conselho Cultural, não quiseram de deixar de evocar a importância daqueles eventos históricos, até porque a Biblioteca e o Arquivo guardam nos seus fundos documentais e bibliográficos memórias e testemunhos únicos daqueles eventos.

A realização desta iniciativa foi posta sob a égide da figura do Professor Lúcio Craveiro da Silva, na sequência da deliberação do Conselho Cultural que decidiu que todas as iniciativas das suas Unidades Culturais ao longo do ano de 2008 deveriam evocar e fixar a figura e memória de Lúcio Craveiro. A obra *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, que pretende documentar a ação patriótica dos povos nortenhas, em particular o minhoto na luta pela independência nacional de 1808, vai-lhe expressamente dedicada, em homenagem aos profundos sentimentos patrióticos e também à particular simpatia que o Prof. Lúcio Craveiro sempre dedicou às populações e terras minhotas. Não sendo minhoto de nascimento, foi-o de adopção e coração e melhor que ninguém em múltiplas e diversas circunstâncias, em muitos escritos, não se cansava de sublinhar as virtudes da terra e gente minhota, berço da sua Galécia, matriz de Portugal, cuja identidade Histórica e Cultural sempre defendeu.

Este texto pretende aprofundar a temática das festas que ocorreram a propósito da definitiva expulsão dos franceses e Restauração Nacional, que só vai indiciado naquela obra. Mas é um tema a pedir mais largo desenvolvimento e estudo.

1

O Porto e o Norte nas festas da Feliz Restauração

A partida das tropas francesas de Lisboa na sequência da Convenção de Sintra (30 de Agosto de 1808) e o restabelecimento do Conselho de Regência – reajustado com a nomeação de novos elementos, entre eles o Bispo do Porto, a 25 de Setembro – deu início a um grande movimento nacional, espontâneo e organizado de manifestações festivas e de regozijo pela libertação e independência nacional. Ganham agora expressão política, pública geral e nacional, as Aclamações e Festas que as terras foram promovendo por iniciativas próprias desde o dia 6 de Junho da Aclamação Portuense, um pouco por todo o Norte e por todo o País, em processo de libertação.

O programa nacional dos festejos pela Feliz Restauração Nacional será posto em marcha pelas ordens e medidas da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 20 de Setembro e no Norte com a colaboração da Junta do Supremo Governo do Porto e também por imediatas iniciativas espontâneas de algumas terras. As mais precoces e também espontâneas manifestações festivas no Norte do país, verificar-se-iam em Penafiel e Braga. Em Penafiel, a 10 de Setembro, certamente em ligação com as movimentações portuenses, em câmara e vereação do dia 10, dando-se como “certa e inteira a Restauração do nosso Reino (acordou-se) se fizesse esta plauzível com três dias de iluminação e festa¹; em Braga, “em consequência da expulsão dos franceses e resgate da capital que se achava aterrada com o abominável e pérfido poder francês...”² a câmara mandará pôr luminárias e marcará um Te Deum para a Sé, no dia 18.

Mas será a partir do dia 20 de Setembro que se irão iniciar as Festas Nacionais pela Aclamação mandadas fazer por ordens da Secretaria de Estado e da Junta do Porto, do mesmo dia 20 de Setembro, que a mesma Junta veicularia a todas as câmaras nortenhas.

Seria esta, aliás, a última grande iniciativa da Junta portuense, de liderança política nacional e nortenha. Desde logo em comunicação à câmara do Porto que a regista e nela atenta em vereação extraordinária de dia 21 de Setembro.

Nela se ordena que atenta a “gloriosa empreza da Restauração da capital e do governo do Príncipe Regente que se acha felizmente consumada com a expulsão das pérfidas armas francesas”, ... “se rendam solenemente as devidas graças a Deus (...) e se façam todas as mais demonstrações de alegria costumadas em semelhantes ocasiões³.”

As cartas/ofícios da Secretaria de Estado e da Junta do Porto⁴, serão abertas nas principais câmaras e vereações nortenhas: em Guimarães, a 21 de Setembro; em Braga, Barcelos e Penafiel, a 26; Ponte de Lima, a 28; Vila Nova de Cerveira, a 7 de Outubro; na Província de Trás-os-Montes vai registada para Vila Real, aberta em sessão de câmara de 22 de Setembro, para Mirandela, a 23 de Setembro, para Miranda, a 1 de Outubro.

Por todo o lado se assentou um programa de luminárias e ao final, funções, em geral, solenes Te Deums na igreja principal, com pregações à medida, mas também procissões, danças públicas e outros festejos⁵. As principais terras do Norte andarão de facto todas iluminadas e festivas durante toda a segunda quinzena do mês de Setembro, em especial os últimos dias e também os primeiros dias do mês de Outubro, e que cada qual quis dar o maior lustre, sinal de maior regozijo e envolvimento no processo Restaurador e Político em curso⁶, que fosse verdadeiramente a medida do entusiasmo e adesão de cada terra à Causa da Restauração Nacional⁷.

Tais festividades mostram o que foi a apoteose festiva destes eventos. E como eles se transformaram em palco de glorificação das figuras régias e Casa Reinante Portuguesa, em exaltação do Heroísmo e Patriotismo, Lealdade e Fidelidade das terras e de algumas das suas instituições no envolvimento da Restauração Nacional e expulsão dos franceses e como servirá para inscrever um capítulo importante da História das Terras, na História de Portugal. Mas também em muitos relatos, de feição Historicista e Providencialista, como realinou e articulou a História do Presente à História do Passado, aos seus momentos mais marcantes de luta e afirmação da independência – em particular D. Afonso Henriques em Ourique e 1640 e a Restauração – que se continua na acção histórica e providencial de Portugal, escrita agora de novo pela gesta dos seus novos heróis, com protecção e ajuda divina. A aliança inglesa e espanhola é também recorrentemente evocada como suporte ao sucesso da Revolução Portuguesa.

Os testemunhos das festividades levadas a cabo nas duas principais terras históricas do Norte de Portugal, **Guimarães** e **Chaves** e naturalmente o **Porto**, são muito eloquentes do tempo e fastos que então se viveram, como se festejaram, pretendeu memorar e transmitir à posteridade e História.

Em **Guimarães**, são três as instituições que particularmente comemoram a Restauração com quadros pictóricos e alegóricos: a Câmara, a Colegiada, o Alcaide, isto é, o poder e a ordem político-administrativa, a religiosa-eclesiástica, a militar, os suportes e agentes sociais por excelência da ordem restaurada. Na câmara, a Restauração vai figurada num cenário de três painéis. Nos painéis centrais vão representadas as figuras monárquicas, com seus atributos da justa, bondosa e benigna Monarquia; nos laterais a invasão e a aniquilação dos invasores, a Liberalidade e o Amor à Pátria que protege a Monarquia. Na cornija as Armas da Grã-Bretanha e Espanha, aliadas, nesta guerra, de Portugal e Guimarães. Na encenação da Colegiada é a protecção a Portugal e Guimarães que é evocada por virtude de Nossa Senhora da Oliveira, que coroa o Príncipe D. João. Aí vão representados os quatro reis particularmente devotos de Nossa Senhora da Oliveira: D. Afonso Henriques, D. João I, D. João II, D. Afonso V. Na encenação na casa do Alcaide é o valor das Armas, de Portugal, Inglaterra e Espanha que é evocado, com as figuras da Casa Real Portuguesa.

Chaves "iluminou" e "encenou" também profusamente a fachada da sua câmara. Retem-se o quadro figurativo mais importante: D. Afonso Henriques com D. Maria I pondo a Coroa do Império Lusitano na cabeça de D. João VI, tal como em Ourique, na presença e sob a protecção de uma imagem de Cristo Crucificado. Dois anjos transportam a Coroa onde se lê: "O que Afonso viu, João merece". Isto é, em D. João, continua-se D. Afonso Henriques, na acção e continuidade da Monarquia, pela protecção divina ao destino e às tropas de Portugal.

Mas não menos espectacular e significativo foi o conteúdo dos sermões pregados na igreja da Colegiada Vimaranesense nas três missas solenes proferidas pelos mais afamados pregadores e dignidades locais que me parece sintetizar mais intensamente uma das vertentes mais fortes do ideário restauracionista, a do Providencialismo da acção de Portugal e dos Portugueses, consubstanciado na realização dos Projectos Divinos pela acção e mão dos Lusitanos. Com efeito, conforme o relato, pregou-se a perfídia francesa, a falsidade da filosofia jaco-

bina, os horrores do cativo, a incomparável felicidade do governo do nosso Príncipe; pregaram-se "os acontecimentos heróicos e prodigiosos que nestes reluzia o Braço do Omnipotente e a intercessão e Patriotismo de N.^a Senhora da Oliveira" (sic), sempre propícia e sempre protectora dos Portugueses nas suas maiores aflições e trabalhos; pregou-se que "o Império Lusitano formava um povo escolhido do Senhor, que a promessa feita ao nosso primeiro Rei o Senhor Afonso Henriques não podia faltar e que nela confiássemos e na protecção da Senhora da Oliveira..."

No **Porto**, conforme a acta da vereação, mandou-se circular bando pelas ruas "publicando a todos os moradores que em demonstração do gosto que todos sentem, se ponham luminárias em três noites sucessivas (...) escrevendo-se as cartas do costume para se repicarem os sinos (...) não se faltando a demonstração alguma capaz de anunciar a alegria de Verdadeiros Portuguezes"⁸.

As festas tiveram aqui particular brio como era necessário para exprimir e relevar a acção pioneira da cidade e para dar exemplo às mais terras da Província⁹. Os festejos, as iluminações, os quadros alegóricos, desenvolver-se-iam nos espaços e instituições mais representativos e de maior convívio, por onde decorre a vida pública e cívica da cidade, onde se pretende que esta comunicação política atinja mais intensamente os seus alvos – as igrejas, as câmaras, as praças públicas, os roteiros processionais.... Os temas recorrentes, são os históricos e os alegóricos mais comuns nestas manifestações e construções festivas e cénicas, como vimos em Chaves e Guimarães onde naturalmente a figura do Rei, da Monarquia, dos seus suportes, são o centro de todas as composições e manifestações.

Mas aqui, no Porto, outras personagens emergem ou ganham particular expressão, tendo em vista as características sociais e políticas da cidade, em particular a sua relevância como grande centro económico e mercantil, e não deixam por isso de se associar aos eventos festivos, e encenar as suas alegorias e aí projectar os seus desejos.

Nestes quadros festivos ao lado dos quadros e figuras alegóricas tradicionais ligadas à ordem política e social tradicional do clero, da fidalguia, dos camaristas, exprimem a sua força e presença, as forças e corpos do Comércio, da Indústria, das Letras, das Artes, da Magistratura, com representações mais

reais e menos convencionais. Aí se representou a Companhia dos Vinhos, as actividades económicas, a agricultura, o comércio, a indústria. Em expressões reais, como a do rio Douro com seus barcos, que abrem o Porto ao grande comércio internacional: «corre triunfante o Douro ao mar profundo, franqueando o Comercio a todo o mundo». Ou através das suas figuras alegóricas, como entidades que concorrem e de quem se espera o Progresso e a Abundância da cidade, a que agora se associam as figuras ou divindades da Justiça, e da Liberdade, activamente associadas como suportes e agentes dos novos caminhos do Progresso, do Desenvolvimento, da Abundância que o Iluminismo advoga e o Liberalismo fará sua bandeira.

A Religião e a Justiça como suportes do Rei e da Monarquia, cedem em alguns quadros, como nos da Companhia, aos da Justiça e da Liberdade a anunciar claramente a ultrapassagem dos anteriores quadros e referentes da Monarquia, que só autores e encenadores do novo perfil e formação, em ambiente mais favorável, estavam em condições de propor à adesão festiva da cidade.

As festas da cidade, iniciar-se-iam no dia 2 de Outubro e estender-se-iam até ao dia 18 de Outubro, envolvendo os principais corpos e instituições da cidade, o Bispo, a Sé e o Corpo Capitular, a Colegiada de Cedofeita, a Câmara, a Companhia, o Corpo Militar, o Palácio da Viscondessa de Balsemão, com missas, Te Deums, iluminações gerais da cidade e edifícios públicos e ponte que liga Porto a Gaia, fogo de artifício, procissões com largo acompanhamento militar, civil e envolvimento das populações.

As festividades iniciaram-se na Sé, no dia 2, aonde vai o Bispo, acompanhado do seu Cabido, oficiais militares, nobreza, magistratura, juiz do povo. A oração congratulatória fica a cargo de Fr. António de Moselos. Exposto o Santíssimo, cantou-se o Te Deum, acompanhado de música de orquestra.

No dia seguinte é a imponente procissão. Formaram alas pelas ruas, os principais regimentos da cidade, milícias e ordenanças da cidade e termo, com papel central na Aclamação e Restauração: Regimento de Infantaria 6 e 18, Artilharia 4, as milícias do Porto, de Penafiel e 15 Companhias de Ordenanças escolhidas. Seguiu o percurso da grande procissão pública da cidade do Corpus Cristi. O corpo processional na sua ordem fixa as hierarquias e envolvimento dos corpos e instituições da cidade: o Cabido, as confrarias embandeiradas

e outras; as comunidades religiosas, o clero regular da cidade, a câmara, o corpo de cidadãos e dos almotacés; o Governador interino das Armas, o corpo da magistratura, membros da nobreza, do Santo Ofício e o povo.

Expressiva é a ornamentação da **Sé**, carregada de simbolismo sebástico: num painel de 20 palmos sobre o arco da capela mor, Portugal «vestido de armas», descobre o “encoberto Príncipe regente” (no seu retrato) que no meio de Inglaterra e Espanha agradece à cidade do Porto e aquelas duas Nações. No quadro a figura da **História** «anotava o feito heróico» onde as armas portuguesas são sustentadas pelos génios do Comércio e da Agricultura.

Na fachada do edifício dos **Armazéns da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro**, em Gaia, junto à ponte, representava-se num quadro «alguns anjos simulando levantar um véu, deixando ver as Armas Portuguesas, despedindo raios de fogo sobre as águias da França». Aos lados, representava-se a figura do Douro, em medalhão a figura da Paz e a alegoria da Ventura.

Também a **Ponte** vai profundamente iluminada, com mil lumes nos 8 obeliscos que a percorrem. No lado da cidade, em pintura transparente, viam-se as Armas Portuguesas «colocadas sobre uma figura na acção de tirar uma máscara do rosto, figura que era calcada por um génio, de lança e escudo, tendo no lado Ceres com a cornucópia da abundância»; da parte de Gaia, o obelisco apresentava as armas da Casa de Bragança, no meio de Inglaterra e de Espanha, vendo-se em baixo as Águias inimigas destroçadas pelos golpes do Tridente e pelas garras do Leão.

O **Senado da Câmara** encenou na fachada da câmara a mais extensa composição. Transcreve-se a sua descrição inserta em *O Tripeiro* que vimos utilizando: «Toda a fachada do edifício figurava uma arcada, por sobre a qual se estendia uma varanda de pirâmides. Eram 15 os arcos, sendo porticos os do centro e os das extremidades. Ao meio, sobre o pórtico respectivo, viam-se as Quinas Portuguezas, entre bandeiras, canhões, tambores e outros petrechos bellicos. Sobre os porticos dos lados viam-se as armas inglesas e hespanholas. O arco central apresentava um quadro de 25 palmos, transparente, com o Porto vestido de guerreiro, esmagando uma aguiá sobre algumas bandeiras francezas,

e arvorando na mão direita a bandeira da cidade onde se lia: **como sempre, leal**. No alto do quadro liam-se estes versos: *Deram-se as mãos Britania, Iberia e Porto / Eis de João a Coroa restaurada / Iberia lh`a sustenta e o chama ao throno / Britania há de traze-lo à Lizia Amada*.

No arco do lado direito, outro quadro representava o carro triumphal das Artes, conduzidas por Graças e Amores, e a legenda: *Pelas Graças e Amores conduzidas / À Lizia as Artes volvem renascidas*.

No arco do lado esquerdo, um quadro representava o Douro correndo para o mar e, no alto, Mercurio, com as insígnias próprias do commercio, apontando para a cidade. A legenda era: *Corre triumphante o Douro ao mar profundo, / Franqueando o Commercio a todo o Mundo*.

Em outros arcos havia estatuetas diversas, com os versos seguintes: *Astréa: Justiça equal reparte ao povo, Astréa, / Quebrando da Oppressão a vil Cadéa. Liberdade: Derribado o colosso da impiedade / Alça a frente a nativa Liberdade; Ceres: Colhe a Cultura o fructo das fadigas / Que à Patria oferece e às Nações Amigas. Abundancia: Já Lizia não inveja a idade d`ouro / Qu`a Abundancia lh`entorna o seu Thesoiro*.

De toda esta ornamentação, só chegou até nós o nome do auctor das pinturas allegoricas que ficam referidas. Joaquim Raphael, natural do Porto, que foi professor da Academia.

Completavam a iluminação do edificio «20 mil lumes todos em vidros». A dita iluminação durou três noites seguidas, e em todas ellas houve saraus litterarios nas salas do Senado, tocando alli «dous coros de Musica Instrumental», e a concorrência foi extraordinária, «não faltando Sir Wilson e a officialidade ingleza do seu commando»¹⁰.

Iluminar-se-ia também a fachada da igreja da **Colegiada** que vai assim descrita em *O Tripeiro*: «Trez faces formavam um delicioso jardim, com estatuas e no meio a figura de Hercules: das piramides pendiam festões de murta, entrelaçados, e na frente havia um pórtico, no alto do qual se achavam iluminadas as Quinas portuguezas, sustentadas pelas figuras de Marte e de Minerva, calcando a Aguia napoleónica e tendo por baixo a legenda: *Não podem baquear*

de Lisia as Quinas / Que a Sciencia e o Valor lhe firmam throno / De inimigos cruéis nas vis ruínas. Aos lados havia as figuras de Inglaterra e de Hespanha, illuminadas».

E também a fachada do **Palácio da Viscondessa de Balsemão**: «uma espaçosa varanda illuminada, sustentada em columnas, com obeliscos em que se viam todos os attributos militares e, no centro, as armas de Portugal». N'um pórtico, a meio da varanda, apparecia o retrato do Principe-Regente, que então simbolisava a nacionalidade portugueza, com a leganda: *He dos Lusos Senhor, dos Reis inveja. Nos intervallos das columnas pendiam da varanda quatro quadros illuminados, com os versos: 1.º Vae da Fama o clarim mandar aos Astros / Lusitanos valor, que o mundo espanta / Hum futuro feliz lhe augura o Nume / E a eternidade os sons, com pasmo, escuta; 2.º Justifero Leão sanguinolento / Quebra os lusos grilhoens, estorvo à gloria / Grã-Bretanha immortal deu-lhe seu braço / Valorosa qual foi vence com ella. 3.º Quando em chamas arder, lançar faíscas / O denso gêlo que represa a neve / Há-de o monstro curvar de Lizia o cóllo / Há-de Affonso mentir, faltar-lhe o Nume; 4.º Quando sede tiver, só prantos beba / Vil Nação, que manchou do Throno a gloria, Se humilhada volver dos Reis à posse / Como aréas no mar só bens lhe chovão. Todos estes versos, bem como os quadros e painéis allegoricos, foram devidos ao bacharel em Direito José Joaquim Gerardo de Sampaio, ao tempo cadete do regimento de infantaria 6».*

Particularmente extensa é a lista dos militares que constituíram a Comissão Promotora dos seus festejos, a exprimir o vasto papel que os militares tiveram na Revolução Portuense. Vão aí inscritos os principais corpos e agentes das movimentações portuenses do dia 6, do dia 18, mas também aqueles que até então se foram envolvendo e associando ao processo em curso: «O brigadeiro Vaz Parreiras, com o capitão de infantaria 18, José Antonio Pauluchi Pinto de Vilhena (commandante do Corpo de Voluntarios Portuenses); José Anastacio da Silva, coronel de milícias de Penafiel; D. António Amorim da Gama, coronel de milícias do Porto; Gonçalo de Sena da Silva Alcoforado, coronel reformado; José Leite Pereira de Mello, coronel de milícias da Maia; Pedro Pacheco Pereira Pamplona, coronel aggregado ás milícias do Porto; Manoel Ribeiro de Araujo, coronel de artilharia 4; Barnabé de Oliveira Maia, tenente-coronel graduado; D. Gaspar de Queiroz Camenho d'Alencastre, tenente-coronel de milícias de Basto;

Rodrigo Xavier de Sousa Alcoforado, major da praça e capitão de cavallaria; Jaime de Magalhães e Menezes, tenente-coronel de milícias de Penafiel; José Joaquim da Costa Campos, sargento-mor reformado; Francisco Carneiro de Figueirôa, tenente-coronel; João da Costa Porto Carrero, sargento-mór de infantaria 6; Francisco Cardia Netto, major de milícias da Maia; commendador João Pereira de Vilhena Coutinho; João Luiz Souto e Freitas, capitão de cavallaria de Almeida; João Joaquim de Sousa e Mello, sargento-mor e governador da fortaleza de Mattosinhos; José de Meirelles Guedes, voluntario; Antonio José Machado Ferreira, idem; Isidoro Luiz de Moraes Castro, sargento-mor reformado; Francisco de Paula da Rocha Pinto, capitão ajudante; Bento José Corrêa, capitão de milícias do Porto; e Manoel da Silva, idem;

Os festejos continuar-se-iam ainda mais tarde, como se verificou na igreja de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, a 11 de Dezembro, a expensas ou iniciativas de João de Sousa Monteiro, capitão da 1.^a Companhia da 5.^a Brigada portuense, com decoração da igreja e quadros alusivos ao Porto Heróico¹¹. Antes para celebrar o 1.^o de Dezembro, a efeméride de grande paralelismo com a Restauração de 1808, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, promoveu grandes festejos, com vésperas, a que assistiu Bernardim Freire de Andrade e outras autoridades civis e militares; e depois com festejos e grande movimento popular, com iluminações e arcos. A Companhia publicou um impresso, desenho do pintor José Teixeira Barreto, de homenagem ao Príncipe D. João, onde se pretende salientar a acção da Junta do Porto, onde vão expressos os sentimentos relativos ao Príncipe Regente, mas em grande medida, o sentido político e esperanças ou validação da acção da Junta Portuense (ver gravura pág. 92).

D. João, colocado no Trono pela acção da Junta Portuense, a quem colocam uma coroa de louros, evocativa da vitória sobre a França em 1808, vai aí definido nos atributos tradicionais da sua Soberania, sustentada na Religião e na Justiça, protegida pelas Divindades, na figura do Anjo Custódio de Portugal.

Mas o painel faz também o elogio da Junta como agente da independência, da paz e do progresso da Economia, das Ciências e das Artes.

_ 2

A reivindicação da maior Lealdade
e do maior Patriotismo

Com a final Restauração e a saída dos Franceses logo se iniciou um processo de reivindicação da primazia do levantamento contra os franceses, como então se dizia, de quem primeiro levantou o grito contra o Usurpador, que se considera também ao mesmo tempo expressão da maior Lealdade e Fidelidade à Monarquia, à Coroa de Bragança, ao Príncipe D. João.

Esta é uma reivindicação das *terras* – em geral pelas suas Junta e câmaras – pelos seus *estados sociais*, pelas suas *instituições*. E também frequentes vezes por figuras singulares que algumas vezes são objecto ou solicitam reconhecimento público, que vêm pedir pagamentos, vencimentos, promoções para as suas acções que consideram heróicas e patrióticas. (vide Barcelos, Guimarães)

Múltiplas terras se envolveram nesta História da reivindicação de Prioridades. De entre elas as mais importantes, Chaves, Bragança, Vila Real, Guimarães, Barcelos, Braga. Algumas terras – em geral pelas suas câmaras e Juntas – fizeram também logo questão de fixar textos impressos a que deram forte publicitação o seu lugar e papel no Movimento Geral. Os primeiros historiadores do movimento, José Acúrsio das Neves, Frei Inácio de S. Carlos, José António de Sá, entre outros, não fugiram a entrar na polémica.

O Porto não fugiu também à matéria em defesa da primazia que outros reivindicam para si. Pelos cronistas e memorialistas da sua revolução. Mas também o próprio município.

O relato que a câmara do Porto exara em acta de vereação a 23 de Julho de 1808 e leva ao conhecimento de D. João, no Brasil, pretende logo aí fixar bem as coordenadas dos acontecimentos desde o dia 6 até ao dia 18 de Junho, onde o Porto teve, segundo afirma, sempre a primeira iniciativa, e que quer assim claramente patentear ao monarca¹². Releva então a câmara o seu papel na acção, sublinhando, como é da praxe, o unanimismo do movimento, da câmara

com o clero, a nobreza e o povo: "unindo-se o clero, e nobreza ao povo nesta admiravel revolução, com sentimentos tão unanimes, como se fossem procedidos de hum pacto e convenção geral"¹³. Não transparece do relato municipal qualquer evocação mais específica a corpos e figuras (designadamente a dos militares ou dos juristas); não vão além da referência ao papel dos cidadãos (fidalgos) e do clero, tanto regular como secular.

Certamente em relação com as reivindicações de outras terras, em Novembro, a câmara do Porto pedirá mesmo uma "investigação" para derimir pretensões infundadas e provar que "pertence a esta cidade sobre todas as do Reino a gloria de aclamar em primeiro o Principe Regente", porque antes da Aclamação de Bragança, do dia 11, já o Porto a realizara no dia 6. E solicita a vereação ao Monarca que "se principie a indagar daquele memoravel dia seis, porque todos os mais factos se reduzem dês deste dia". A indagação foi feita. Dela nos servimos largamente para historiar os movimentos do dia 6 e 7 de Junho no Porto, que a câmara quis registar para servir de prova e testemunho¹⁴. E atendendo à relevância da acção portuense do dia 18 de Junho, a vereação delibera em sessão de câmara de 26 de Novembro, solicitar mesmo ao monarca a concessão de uma Procissão Real para no futuro evocar aquela data, que assim deve fazer parte do panteão das festas nacionais, evocada como se tem praticado relativamente a outras acções gloriosas dos portugueses, para que jamais caia no "esquecimentos aniquilador". Nesse sentido, solicita ao Monarca "conceder-lhe a distinta graça de acrescentar uma procissão real neste grande dia para servir de fasto à posteridade de todos os tempos e de todas as Nações"¹⁵.

A questão não se limita à matéria da superioridade das terras. Tem a ver também com o papel dos diferentes **grupos sociais** nesta acção, que entre si também disputam a primazia e a relevância da acção em muitos casos também já numa perspectiva de legitimação histórica de acção política presente e futura.

Os registos públicos – em especial os registos camarários de que nos vimos particularmente servindo – sublinham e realçam por regra a acção das classes do poder. Os relatos municipais relevam o papel das câmaras, dos seus elementos, dos seus corpos constituídos, como registam quase exclusivamente aqueles eventos em que elas participaram e delas fizeram parte. Não poucas vezes

mandaram publicar nos jornais e impressos, os relatos das acções de suas terras na Aclamação, nas festas da Restauração para encomiar a sua própria acção. Registam-se aí, também, muitas vezes a contragosto, os verdadeiros ou outros agentes dos movimentos. É o caso de Vila Real, onde a própria câmara foi confrontada com reivindicações de figuras e corpos que exigem que o relato municipal dos acontecimentos de 15 a 24 de Junho, reponham a verdade dos acontecimentos. E foi decidido proceder a novo registo camarário, no dia 29 de Outubro e a nova publicação, que relatasse a acção de outras figuras, das outras classes que não tinham tido a honra de ser lançadas para aquela história: militares das ordenanças, religiosos regulares, povo em geral, que tinham desde o dia 15 de Junho iniciado a Aclamação pelas ruas da cidade e que se encerrara na Aclamação do dia 24 na câmara, mas que só este último episódio em que a câmara intervém, a vereação relatara¹⁶. Noutros registos camarários é possível seguir rectificações aos textos das actas, em apontamentos laterais que pretendem corrigir ou complementar aqueles relatos oficiais¹⁷.

Os relatos da acção portuense seguidos pela crónica municipal, pouco relevo dão à acção às intervenções do povo em armas, à acção dos militares e ordenanças dos Regimentos da cidade, de outros militares, dos letrados, dos próprios membros da Relação. A acção da própria Junta do Porto, com excepção a algumas referências ao seu Presidente, nunca é no seu conjunto claramente referida. Mas esta é uma realidade presente em geral, nos registos e relatos municipais, para que se torna necessário alargar o leque das informações para atingir, em toda a extensão, o envolvimento de todas as classes, estratos e instituições no movimento de Aclamação e Restauração Nacional.

A acção festiva por outro lado, mais criativa e expansiva, que se quer abrir à população da cidade, como se pode ver pelas temáticas e encenações das festas, dão ao movimento da Aclamação e Restauração, sobretudo no burgo e quadro portuense, horizontes e perspectivas que vão muito para além e rompem mesmo, com a encenação aristocrática fidalga e clerical, dos quadros, das temáticas e encenação barroca. As Festas e as Encenações da Restauração de 1808, nos temas, nos espaços, nos modelos e acções festivas nas instituições, nos seus agentes, projectam-se já muito para além daqueles quadros tradicionais. A Restauração das ruas e das praças rompe definitivamente com a encenação das igrejas e das procissões típicas da manifestação e festa barroca.

Notas

¹ José Viriato Capela, Rogério Borralheiro e Henrique Matos – *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, Junho 2008, pág. 414.

² *O Heróico Patriotismo, o.c....* Braga, 2008, pág. 190.

³ Trabalho em curso de publicação sobre a Junta Portuense na Restauração Nacional de 1808.

⁴ José Viriato Capela, e outros – *o.c....* Braga, 2008 – Ofício da Junta do Porto à Junta de Braga, 20 de Setembro de 1808.

⁵ Danças dos mesteres convocadas para Vila Nova de Cerveira, José Viriato Capela, e outros, *O Heróico Patriotismo, o.c....* Braga, 2008.

⁶ José Viriato Capela, e outros, *O Heróico Patriotismo, o.c....* Braga, 2008.

⁷ Conhecemos para alguns casos, a medida económica deste envolvimento, para gastos registados nas despesas: em Guimarães, 579.150 réis; em Braga o valor impressionante de 963.819 réis (montante equivalente a duas vezes a receita anual ordinária da câmara), com tríduo (de três oradores), armações, luminárias, música e Te Deum. José Viriato Capela, *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o Município Português nos horizontes da Reforma Liberal*. Universidade do Minho, Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Braga, 1995.

⁸ José Viriato Capela, e outros, *O Heróico Patriotismo, o.c....* Braga, 2008.

⁹ Festas descritas em Alberto Bessa – *Fastos da minha terra* (excertos de um livro em preparação) in *O Tripeiro (1909/1910)*.

¹⁰ Alberto Bessa – *Fastos da minha terra... art. cit. in O Tripeiro (1909/1910)*.

¹¹ Alberto Bessa – «No tempo dos franceses. A Restauração do governo legítimo. Uma festa notável em Vila Nova de Gaia» in *O Tripeiro (1926)*.

¹² Arquivo Histórico Municipal do Porto, Acta de vereação de 23 de Julho 1808.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Trabalho em curso de publicação sobre a Junta Portuense na Restauração Nacional de 1808.

¹⁵ Arquivo Histórico Municipal do Porto, Acta de vereação de 26 de Novembro de 1808.

¹⁶ José Viriato Capela, e outros, *O Heróico Patriotismo, o.c....* Braga, 2008.

¹⁷ *Idem, ibidem*.



Legenda da imagem

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, mais conhecida por Companhia Velha, encarregou o pintor José Teixeira Barreto de lhe fazer um desenho, em que se homenageasse Sua Alteza Real o Senhor D. João, pela derrota sofrida pelo exército napoleónico, em 1808.

Apresentou este artista um desenho aguarelado, que se reproduz, medindo 0,35x0,25.

O original que possuo, descreve-nos as diferentes figuras nele desenhadas e o que representam, devidamente numeradas, e na sua maior parte alusivas à Cidade e àquela Companhia.

Assim, o N.º 1 mostra-nos o Retrato de «S. A. R. sustentado pela Religião (N.º 2) e pela Justiça (N.º 3). O Anjo tutelar do Reino segurando com a mão esquerda a Coroa do N. Príncipe, e defendendo-o com a espada de fogo que tem na direita (N.º 4). A figura número 5 representa o Génio pegando na Bandeira onde estão gravadas as cinco QUINAS penhor da perpetuidade da Monarchia; Génios que suspendem o rico panno do Pavilhão Real (N.º 6); A Figura da Cidade do Porto offerecendo com a dextera huma Coroa de louro a S. A. R., e abatendo com a esquerda a bandeira da França, acção alluziva à feliz Restauração do Reino em 1808, de que sempre esta Leal Cidade foi a glorioza origem (N.º 7). A Número 8 é o Génio coroando de louro as Armas da mesma Cidade. A Figura da Paz com hum ramo de Oliveira (N.º 9) e a figura N.º 10 é a do Valor offerecendo a S. A. R. a palma e a bandeira da victoria. A figura representando a II.ma Junta coroada de parra, emblema das riquezas, que ella tanto promove, (N.º 11) conduzindo à sua direita Minerva (N.º 12) e à esquerda a Agricultura (N.º 13). O Genio da Mathematica, da Náutica e da Architectura, e da Pintura são representados pelos numeros 14, 15 e 16; todos estes genis sustentão os emblemas de cada huma das Artes e Sciencias. O genio da Abundancia com a Cornucópia de Almathea (N.º 17). O atrio Douro correndo placidamente e delle partindo hum navio com as produçoens do Paiz para remotos climas (N.º 18), e finalmente a numero 19 o Génio do Comércio com o cadiceo na mão direita, e hum Cofre na esquerda, emblema da grande de opolencia que a II.ma Junta tanto se esforça em promover nesta Cidade».

A Nau representada pelo N.º 18, tem hasteada no mastro da ré uma bandeira de fundo azul, e com uma cruz em X, sobrepondo-se-lhe ainda a Cruz de Cristo, que julgo terá sido a bandeira desta Companhia.

Acaba este desenho em oval, com uma fita, onde se lê a seguinte legenda:

APERUISTI VIAM IN MARI: / SURREXI / HUC VENIES, ET NON PROCEDES AMPLIUS. // ERUDIMINI, QUI JUDICASTI TERRAM. // que traduzida deverá dizer:

Abriste o caminho do Mar: // Levantei-me. // Aqui virás, e não irás mais além. // Ouvi vós, que julgaste a terra. (in *O Tripeiro*).